

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

NOTA TÉCNICA

Nº 22

O ANALFABETISMO NO CEARÁ: CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS RECENTES

Marcos Costa Holanda¹
Antônio Lisboa Teles da Rosa²
André Oliveira Ferreira Loureiro³
Cláudio André Gondim Nogueira⁴
Jimmy Lima de Oliveira⁵
Leandro Oliveira Costa⁶
Victor Hugo de Oliveira Silva⁷

Fortaleza-CE
Dezembro/2006

¹ Ph.D. em Economia – *University of Illinois*. Diretor Geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Professor do CAEN/UFC.

² Doutor em Economia – PIMES/UFPE. Diretor de Estudos Sociais do IPECE. Professor do CAEN/UFC.

³ Mestre em Economia – CAEN/UFC. Analista de Políticas Públicas do IPECE.

⁴ Mestre em Economia – *Pennsylvania State University* e CAEN/UFC. Analista de Políticas Públicas do IPECE. Professor da Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

⁵ Mestre em Economia – CAEN/UFC. Analista de Políticas Públicas do IPECE.

⁶ Mestre em Economia – CAEN/UFC. Analista de Políticas Públicas do IPECE.

⁷ Mestre em Economia – CAEN/UFC. Analista de Políticas Públicas do IPECE.

Textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Lúcio Gonçalo de Alcântara – Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)

Vicente Cavalcante Fialho – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Marcos Costa Holanda – Diretor-Geral

Pedro Jorge Ramos Vianna – Diretor de Estudos Setoriais

Antônio Lisboa Teles da Rosa – Diretor de Estudos Sociais

A Série Textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), tem como objetivo a divulgação de trabalhos elaborados pelos servidores do órgão, que possam contribuir para a discussão de diversos temas de interesse do Estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Edifício SEPLAN – 2º andar

60830-120 – Fortaleza-CE

Telefones: (85) 3101-3521 / 3101-3496

Fax: (85) 3101-3500

www.ipece.ce.gov.br

ipece@ipece.ce.gov.br

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	O ANALFABETISMO NO CEARÁ	5
3	PROGRAMAS DE COMBATE AO ANALFABETISMO	10
	3.1 Programas nacionais	10
	3.1.1 Alfabetização Solidária	11
	3.1.2 Brasil Alfabetizado	13
	3.2 Programas estaduais	14
	3.2.1 Alfabetização é Cidadania	15
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	18

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, saber ler e escrever é uma condição necessária para que um indivíduo possa exercer os seus direitos e deveres como cidadão e para poder inserir-se minimamente no mercado de trabalho. É, também, um critério básico para se caracterizar os níveis de desenvolvimento humano e de inclusão social de uma sociedade.

A taxa de analfabetismo absoluto, que é o percentual da população com 15 anos ou mais que não sabe ler ou escrever um simples bilhete⁸, é um dos indicadores dessa parcela de excluídos da população. Esta estatística está atualmente em evidência devido às últimas pesquisas da PNAD mostrarem que, entre 2002 e 2005, o analfabetismo no Brasil não caiu nada, e no Ceará até aumentou. Esse resultado exclui os fatores demográficos, como a mortalidade dos idosos, que faz o número de analfabetos diminuir mesmo que nenhum adulto tenha sido alfabetizado.

Esses resultados mostram-se mais preocupantes quando se constata que os programas de combate ao analfabetismo dos últimos anos já gastaram significativas somas de recursos. Um exemplo é o Brasil Alfabetizado, que já consumiu mais de 700 milhões desde sua implantação em 2003.

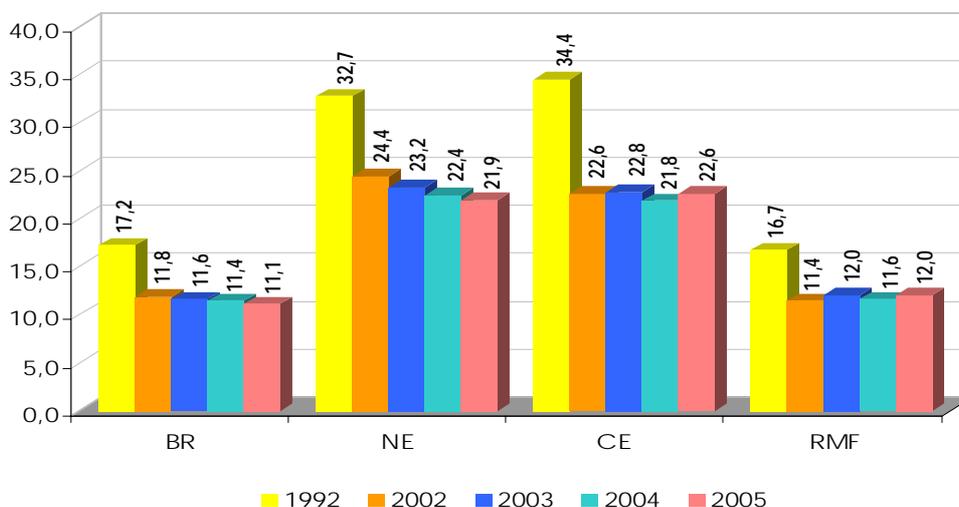
O objetivo do presente estudo é analisar o comportamento do analfabetismo em períodos recentes, caracterizando-o em termos de quais são as categorias socioeconômicas, as faixas etárias e a localização geográfica em que o problema acontece com mais intensidade, bem como identificar quais são os programas existentes e a sua efetividade na superação dessa condição é de fundamental importância, especialmente para um estado relativamente pobre como o Ceará.

2 O ANALFABETISMO NO CEARÁ

Considerando-se o ano de 1992 e o período entre 2002 e 2005, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), pode-se verificar, tanto em termos absolutos como relativos, qual é a situação do Ceará em termos de sua taxa de analfabetismo para pessoas com 15 anos ou mais de idade. Assim, apresenta-se o gráfico 1 abaixo:

⁸ A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio, PNAD, obtém essa estatística a partir da pergunta: “ ___ sabe ler e escrever?”.

GRÁFICO 1
Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais)
Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1992 e 2002/2005



Fonte: IBGE/PNAD.

Conforme o gráfico indica, a taxa de analfabetismo vem evidenciando uma tendência de queda no período considerado tanto no Ceará como no Brasil, no Nordeste, e na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Em termos proporcionais, a taxa do Ceará reduziu-se de forma compatível com o padrão nacional e o nordestino.

Apesar dos avanços ocorridos, a taxa de analfabetismo do Estado é ainda bastante elevada, já que, em 2005, nada menos que 22,6% da população cearense com mais de 15 anos de idade não se dizia capaz de ler ou escrever um simples bilhete. Comparando esse dado com o do Brasil, percebe-se, ainda, que a proporção de analfabetos do Estado é mais que o dobro da média nacional, mantendo a mesma relação proporcional que mantinha em 1992. Já a situação na RMF é melhor e está bem mais próxima do padrão brasileiro, o que fornece indícios acerca da grande disparidade que existe entre esta região metropolitana e o resto do Estado.

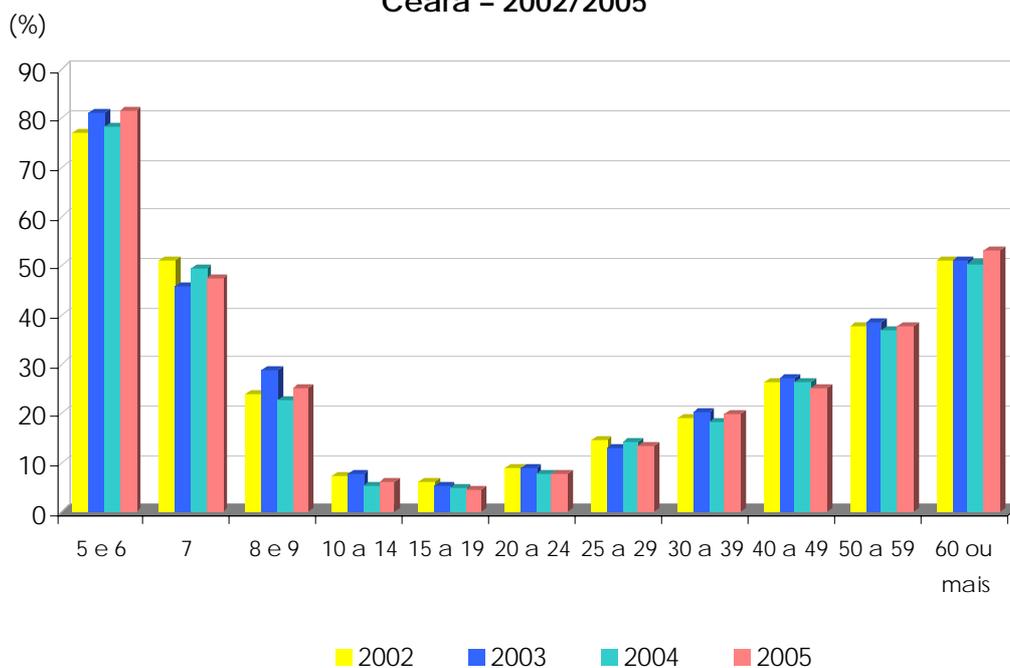
Um outro aspecto que chama a atenção no gráfico acima é o comportamento da taxa de analfabetismo considerando-se um período mais curto, entre 2002 e 2005. No caso, constata-se que a taxa do Ceará (e, também, da RMF) apresentou uma certa estabilidade durante o período, em contraste com as taxas do Brasil e do Nordeste, que apresentaram uma tendência de decaimento. Mais especificamente, em 2005, registrou-se uma elevação dessa taxa no Ceará e na RMF em relação a 2004.

Uma primeira hipótese para essa elevação é que os dados da PNAD não são apropriados para análises de curto prazo, já que utiliza amostras diferentes a cada ano e, portanto, as variações registradas podem não ser significantes do ponto de vista estatístico. Este argumento pode ser realmente importante quando são comparados dois anos isolados, mas, entre 2002 e 2005, já é possível identificar uma certa tendência de comportamento do indicador.

Uma segunda hipótese que pode ser dada para justificar essa tendência, no Ceará, é, por exemplo, que a população de idosos, onde é mais freqüente a ocorrência de analfabetismo (conforme os gráficos adiante), tem aumentado significativamente ao longo dos últimos anos. A questão fundamental é que a tendência de envelhecimento da população também tem sido identificada em outras regiões e, mesmo assim, elas têm sido capazes de reduzir o analfabetismo.

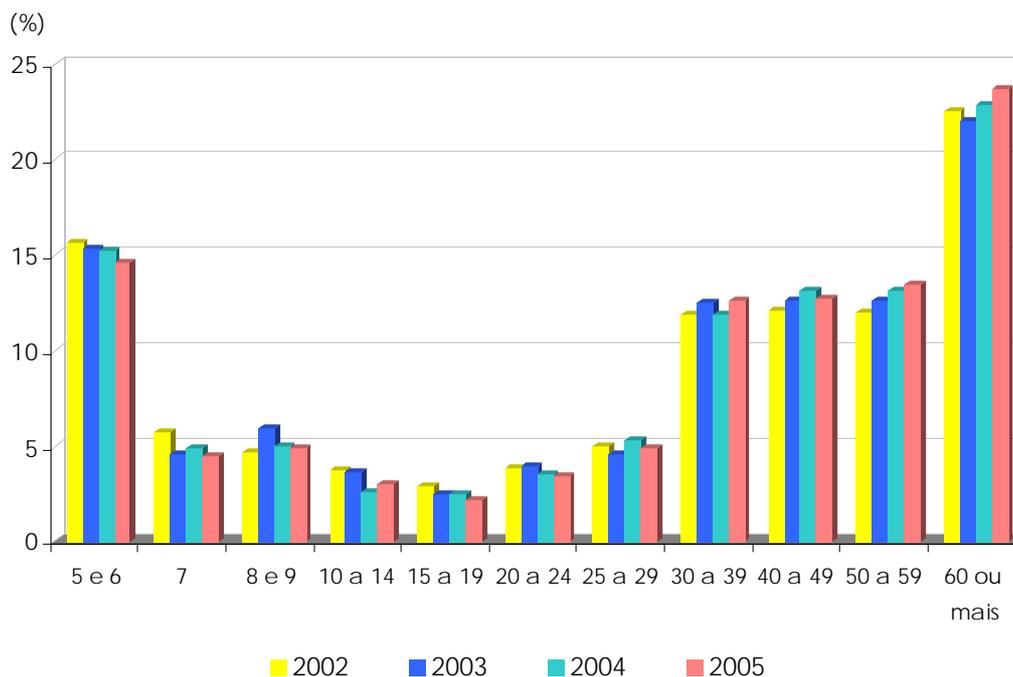
Assim, o que realmente provoca estranheza nesses resultados é o porquê do comportamento da taxa de analfabetismo para o Ceará no período recente, haja vista que tanto o Governo do Estado como o Governo Federal possuem programas de alfabetização de jovens e adultos em atividade.

GRÁFICO 2
Taxa de Analfabetismo por Faixa de Idade
Ceará – 2002/2005



Fonte: IBGE/PNAD.

GRÁFICO 3
Participação das Faixas Etárias no Total de Analfabetos
Ceará – 2002/2005



Fonte: IBGE/PNAD.

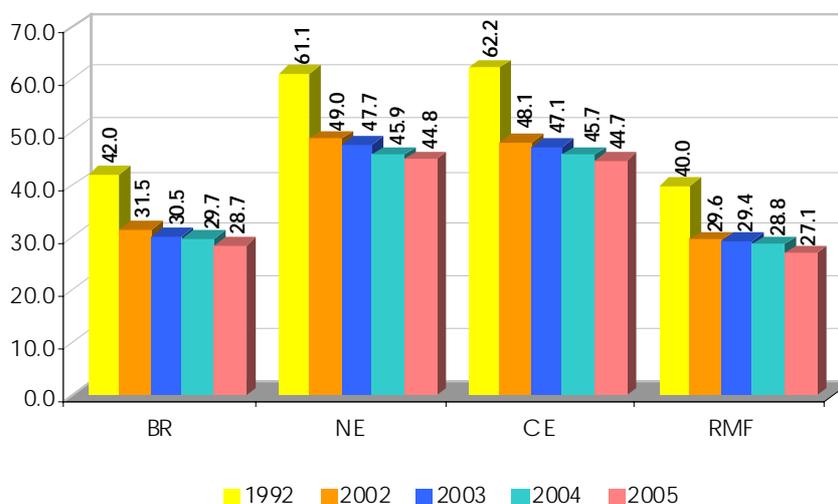
Para se ter uma idéia disto, o Governo do Estado do Ceará lançou, em março de 2003, o projeto "Alfabetização é Cidadania", que objetiva alfabetizar jovens e adultos de 15 anos ou mais, visando à erradicação do analfabetismo no Ceará. Em 2003, o projeto abrangeu 143 municípios, alfabetizando 80.971 pessoas. Já em 2005, de acordo com dados preliminares da Secretaria de Educação Básica do Ceará, 165 municípios foram contemplados pelo programa e, até outubro, 205.707 alunos tinham sido atendidos.

Já ao nível nacional, pode ser citado o programa Brasil Alfabetizado, que repassa recursos diretamente aos governos dos estados, aos municípios e, também, a organizações não-governamentais (ONGs).

A terceira hipótese para esse fracasso dos programas e, conseqüentemente, do combate ao analfabetismo é que esses programas estão diminuindo o percentual de analfabetos funcionais da população, e não o de analfabetos absolutos. Analfabetos funcionais são as pessoas que sabem ler e escrever, mas são incapazes de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas⁹. O Gráfico abaixo mostra essa redução na taxa.

⁹ A definição de analfabeto funcional e o cálculo do indicador variam de acordo com o país. No Brasil, o analfabetismo funcional é atribuído às pessoas com mais de 20 anos que não completaram quatro anos de estudo formal. Na Polônia e no Canadá, por exemplo, é considerado analfabeto funcional todo adulto com menos de oito anos de escolaridade.

GRÁFICO 4
Taxa de Analfabetismo Funcional entre Adultos
Ceará – 1992 e 2002/2005



Fonte: IBGE/PNAD.

O conceito utilizado pelo IBGE nas suas estatísticas considera alfabetizada a “pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece”. Esse conceito é, com já foi citado, o de analfabetismo absoluto para o qual são direcionados os programas de alfabetização. Ou seja, os resultados dos programas podem estar se refletindo na redução dos indicadores que se referem ao analfabetismo funcional. Portanto, os programas de combate ao analfabetismo não estariam atingido o público para o qual foram concebidos. Dificultando, assim, a avaliação de impacto de tais programas.

A última hipótese está diretamente relacionada com a falta de efetividade e continuidade dos programas. Visto que, observam-se nessas turmas de alfabetização altas taxas de evasão, no Brasil Alfabetizado essa taxa atinge 50% dos alunos¹⁰, e a não continuidade do processo de escolarização (principalmente em turmas da EJA). Ainda, dos que terminam o curso, nem todos conseguem aprender a ler e escrever.

¹⁰ Ver relatório sobre o Brasil Alfabetizado do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

3 PROGRAMAS DE COMBATE AO ANALFABETISMO

As problemáticas educacionais observadas na década de 90 e nos últimos anos no Brasil, como as altas taxas de analfabetismo nas regiões Norte e Nordeste e o baixo desempenho nos exames de desempenho nacionais e internacionais¹¹, são reflexo de problemas estruturais e políticas mal sucedidas dos governos passados. Um breve histórico dos principais programas educacionais, do governo federal e do estado do Ceará, será construído nos parágrafos seguintes. Pretende-se, com isso, verificar quais foram as tentativas de transformar o sistema educacional brasileiro mais equitativo e de melhor qualidade. Os avanços na legislação sobre educação não serão considerados programas, mas é evidente que a Constituição de 1988, com a obrigatoriedade e o acesso gratuito ao ensino fundamental, e a LDB foram de extrema relevância as melhorias verificadas nesse período.

3.1 Programas nacionais

Considerando os programas nacionais direcionados ao analfabetismo, podemos lembrar o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização, 1968 a 1978) que pretendia erradicá-lo, a baixo custo, no período da ditadura militar e que foi um memorável fracasso¹². Ainda, considerando o período de redemocratização (período após a eleição do primeiro presidente civil depois do golpe militar de 1964), podemos citar outras políticas de âmbito nacional contra o analfabetismo: Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos - Educar (1985, Governo José Sarney); Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - Pnac (1990, Governo Fernando Collor de Mello); Plano Decenal de Educação para Todos (1993, Governo Itamar Franco); o Programa de Alfabetização Solidária (1997, Governo Fernando Henrique Cardoso); e, finalmente, o programa Brasil Alfabetizado do Governo Lula.

Vieira (2002) afirma que não se identifica nessas experiências uma continuidade entre os programas de política dos diferentes governos. As políticas desse período podem ser caracterizadas como “indefinição de rumos”, no Governo Sarney, até a “explicitação dos rumos” com a LDB e o FUNDEF, no governo FHC. Devido a essa descontinuidade, analisaremos somente os principais programas que ainda estão em vigor, o Alfabetização Solidária e o Brasil Alfabetizado.

¹¹ Veja o texto Quantidade sem Qualidade, PREAL (2006).

¹² O programa que antecedeu o MOBREAL foi o Programa Nacional de Alfabetização, implementado em 1964 pelo Governo João Goulart, que utilizava o método do educador Paulo Freire. Esse foi exilado pela ditadura militar que via em seu método um elemento de subversão da ordem estabelecida, embora esse método tenha sua eficácia comprovada, internacionalmente, na erradicação do analfabetismo.

3.1.1 Alfabetização Solidária

Criado em janeiro de 1997, com o apoio do governo de Fernando Henrique Cardoso, o programa Alfabetização Solidária (Alfasol) é um das ações desenvolvidas pelo Conselho do Programa Comunidade Solidária, uma organização não-governamental, sem fins lucrativos e de utilidade pública. O programa tem como objetivo reduzir os altos índices nacionais de analfabetismo (13,6% na faixa de 15 anos ou mais em 2000, IBGE) e aumentar a oferta pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil.

A Alfabetização Solidária desenvolve duas grandes frentes de ação. Está presente em 2.066 municípios brasileiros, atuando prioritariamente em áreas pobres, que possuem os maiores índices de analfabetismo definidos no ranking do censo do IBGE. Outra iniciativa paralela é o Projeto Grandes Centros Urbanos, lançado em julho de 1999, com o objetivo de atender alunos das regiões metropolitanas. O trabalho começou em São Paulo e Rio de Janeiro, mais foi ampliado para os bolsões de analfabetismo do Distrito Federal, Fortaleza, Belo Horizonte, São Luís e Goiânia. Nessas regiões metropolitanas, pessoas físicas financiam o trabalho de alfabetização, participando da campanha "Adote um Aluno".

A Alfasol atua em parceria com empresas privadas, Instituições de Ensino Superior de todo o país, prefeituras, organizações e pessoas físicas. As pessoas físicas financiam a alfabetização de um ou mais alunos nos grandes centros urbanos enquanto as empresas, instituições e organizações financiam a alfabetização de no mínimo 250 alunos em um ou mais municípios com os mais altos índices de analfabetismo. As instituições de Ensino Superior são responsáveis pelo desenvolvimento do projeto pedagógico e, entre outras atividades, pelos cursos de aperfeiçoamento dos alfabetizadores. As prefeituras oferecem os locais para implantação das salas de aula.

A duração do curso é de seis meses, sendo um mês para a capacitação de alfabetizadores, e os outros cinco para as aulas de alfabetização. Nos grandes centros, as salas de aula são formadas por turmas de 30 alunos; nos municípios do Norte e Nordeste, de 25 alunos. Elas são organizadas pelas universidades, em articulação com as ONGs e associações comunitárias nos grandes centros e, no Norte e Nordeste, em articulação com as prefeituras. O custo por aluno é de R\$ 21/mês. Esse valor é dividido entre os parceiros e é aplicado em material didático, pedagógico e formação de bibliotecas, bem como serve para o pagamento da bolsa do alfabetizador.

O propósito principal do projeto é a erradicação do analfabetismo entre a população de 15 e 19 anos de idade, dando prioridade aos municípios com taxas mais altas de analfabetismo e aos centros mais populosos no Brasil, através da parceria entre o setor público e o privado. O projeto pretende: (i) desenvolvimento e consolidação da consciência de cidadania, recuperando e integrando a grande parte da população excluída da sociedade instruída; (ii) fomentar parcerias com universidades e municípios no processo de avaliação de Projeto; (iii) planejar, supervisionar e disseminar as atividades do projeto implementado com as universidades, municípios e empresas privadas; (iv) co-associar e integrar, tanto quanto possível, iniciativas e ações para a inclusão e continuidade dos estudos desses estudantes recém instruídos, no âmbito da educação básica regular para jovens e adultos, o chamado supletivo.

A Alfabetização Solidária (Alfasol) ampliou sua atuação reestruturando os projetos já desenvolvidos em novos programas para atender a crescente demanda por ações complementares ao trabalho de alfabetização. Estes programas contam com o apoio da rede de parceiros da organização (instituições de ensino superior, empresas, governos - municipais, estaduais e federal) e de pessoas físicas. O processo desencadeado por eles prevê o envolvimento de agentes sociais locais, visando a sustentabilidade e a ampliação das ações.

Cinco dimensões da atuação da Alfabetização Solidária são determinantes para garantir o direito de todos à educação: a atuação local, a capacitação de alfabetizadores locais, a parceria com Instituições de Ensino Superior, a mobilização em torno do direito de jovens e adultos terem acesso à educação continuada e a avaliação do trabalho desenvolvido.

A Alfabetização Solidária obteve resultados significativos, no que se refere à melhoria dos indicadores das comunidades atendidas. Tanto o IBGE quanto o INEP reconhecem o trabalho da entidade na diminuição da taxa de analfabetismo no Brasil (11,05% em 2005). Entre 2000 e 2004, o índice de ofertas de Educação de Jovens e Adultos saltou para 239% nos municípios atendidos pelo Alfasol, contra um crescimento de 120% nas cidades em que a organização não está presente. Entre as instituições internacionais, a Unesco premiou o programa com o Prêmio Rei Sejong de Alfabetização, que recompensa as melhores ações no mundo pela diminuição do analfabetismo. O Alfasol destaca-se por atuar em populações urbanas e rurais, nas áreas mais pobres e isoladas do Brasil, estimulando a participação das mulheres.

A Alfabetização Solidária atua com base no ranking de analfabetismo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde o Nordeste e o Norte obtêm os piores resultados. Segundo dados do censo de 2000 do IBGE, existem no Brasil cerca de 16,3 milhões de jovens e adultos analfabetos, com idade igual ou superior a 15 anos – o que representa 13,6% dos brasileiros nessa faixa etária ou 10% da população total. Ainda, mais da metade dos analfabetos do País, com idade acima de 15 anos, residem no Nordeste (8,3 milhões) e no Norte (1,3 milhões). Nos grandes centros urbanos, apesar de baixos índices de analfabetismo, é significativo o número absoluto de pessoas que não tiveram acesso à educação.

3.1.2 Brasil Alfabetizado

Criado em 2003, pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o programa Brasil Alfabetizado tem por objetivo capacitar alfabetizadores e alfabetizar cidadãos com 15 anos ou mais que não tiveram oportunidade ou foram excluídos da escola antes de aprender a ler e escrever. Ainda pretendia acabar com o analfabetismo no país até o final de 2006. O cronograma expunha a pretensão de alfabetizar 3 milhões de pessoas em 2003, 6 milhões em 2004, 6 milhões em 2005 e 5 milhões em 2006, atendendo 20 milhões de jovens e adultos. Entretanto, o programa, gastando um total de R\$ 330 milhões entre 2003 e 2005, alfabetizou 3,4 milhões de adultos.

O programa é executado pelo Ministério da Educação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). Atuando da seguinte forma: a Secad coordena, fiscaliza e avalia as ações de combate ao analfabetismo e o FNDE transfere os recursos financeiros aos estados, municípios, empresas privadas, universidades, organizações não-governamentais e instituições civis parceiros nesse processo.

O programa enfatiza: a qualidade e o maior aproveitamento dos recursos públicos investidos na educação de jovens e adultos; a ampliação do período de alfabetização de seis para até oito meses; o aumento de 50% nos recursos para a formação dos alfabetizadores; o estabelecimento de um piso para o valor da bolsa paga ao alfabetizador, aumentando a quantidade de turmas em regiões com baixa densidade populacional e em comunidades populares de periferias urbanas; a implantação de um sistema integrado de monitoramento e avaliação do programa; a maior oportunidade de continuidade da escolarização de jovens e adultos, a partir do aumento de 42% para 68% do percentual dos recursos alocados para estados e municípios.

Os recursos financeiros são transferidos automaticamente em até cinco parcelas para estados, Distrito Federal e municípios, e em duas parcelas para entidades privadas sem fins lucrativos e instituições federais, estaduais, municipais e privadas sem fins lucrativos de ensino superior (IES).

Para a ação formação de alfabetizadores, são repassados R\$ 40,00 por alfabetizador, acrescidos de R\$ 10,00 por alfabetizador/mês, sendo limitado o valor total de R\$ 120,00, relativo às formações inicial e continuada. Os recursos podem ser aplicados na remuneração do instrutor, hospedagem, alimentação, transporte e aquisição de material de consumo.

Para a ação alfabetização de jovens e adultos, é repassado, a título de bolsa, aos alfabetizadores, para custeio de despesas na realização de suas atividades, o valor fixo de R\$ 120,00 por mês, acrescido do valor variável de R\$ 7,00 por mês por alfabetizando em sala, com o limite máximo de 25 alfabetizando, o que representa um teto de R\$ 2.360,00 por turma, correspondente a oito meses de curso. Para os alfabetizadores de turmas que incluem portadores de necessidades especiais, população carcerária e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, o valor da bolsa é de R\$ 150,00, perfazendo um valor total de R\$ 2,6 mil, correspondente a oito meses de curso.

Em 2004, o programa Brasil Alfabetizado investiu R\$ 168 milhões para atender cerca de três mil municípios brasileiros. O programa firmou parceria com 23 governos estaduais, sendo no Amazonas por meio das universidades estaduais e, no Espírito Santo, da universidade federal. Cerca de 380 municípios também participaram do programa, em parceria direta com o governo federal.

Em 2005, só por meio de repasse direto, o Ministério da Educação atendeu mais de 1,1 milhões de pessoas. Outros 713 mil alunos foram atendidos por intermédio de convênios assinados com organizações não-governamentais. O investimento no programa foi de R\$ 186,6 milhões. Ainda, de 2003, quando foi iniciado, até meados de 2007, o Brasil Alfabetizado pretende gastar R\$ 755 milhões, com 7,4 milhões de participantes.

3.2 Programas estaduais

O Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação Básica do Ceará (SEDUC), vem colaborando com a busca de alternativas viáveis para melhoria dos indicadores de

analfabetismo, através de programas e projetos inovadores que visam à qualidade da educação pública.

Dado a percepção da transversalidade das ações públicas, é necessário ter uma boa noção do grau de complementaridade e comutatividade dos programas nacionais e estaduais de educação, tendo em vista que têm o mesmo objetivo e potencializam seus resultados. O atual programa desenvolvido no Estado do Ceará é o Alfabetização é Cidadania.

3.2.1 Alfabetização é Cidadania

Lançado em 25 de março de 2003, o Projeto Alfabetização é Cidadania é um projeto de âmbito estadual, integrado ao Programa Nacional Brasil Alfabetizado, que objetiva alfabetizar jovens e adultos de 15 anos ou mais, visando à erradicação do analfabetismo no Ceará.

Dado que o estado do Ceará possui uma das maiores populações de analfabetos do Brasil (1.288.675 pessoas com 15 anos ou mais), o governo promoveu uma ampla mobilização da sociedade civil, Instituições públicas e privadas e lançou o Pacto Cearense pela Segunda Abolição no Estado do Ceará, o pacto pelo acesso de todo cearense ao mundo do conhecimento, e implantou a Rede Estadual de Educação de jovens e adultos (REEJA). Essas mobilizações estabeleceram os seguintes compromissos:

- Articular todos os parceiros na execução de ações complementares que viabilizem uma ampla e conseqüente ação alfabetizadora da população de 15 anos e mais, fortalecendo o regime de colaboração instituído constitucionalmente;
- Empenhar esforço, competência e criatividade no desenvolvimento de um efetivo processo de mobilização da sociedade cearense para participar dessa ação alfabetizadora, estimulando a inclusão de letrados e não-letrados nos diferentes espaços de trabalho: seja como alfabetizandos, alfabetizadores, ou como instrumentos mediadores de suporte técnico-pedagógico e logístico da ação;
- Estabelecer diferentes formas de incentivo para que todas as pessoas envolvidas no processo estejam permanentemente estimuladas e movidas pelo desejo de continuar sempre aprendendo e em condições de escolher seus caminhos na construção de uma vida digna;

- Erradicar o analfabetismo no Estado, no período máximo de 2003 a 2010, para que, por meio de uma ação conjunta do Governo e da Sociedade seja construído um Ceará Alfabetizado.

Merece destaque o trabalho que vem sendo realizado pela AÇÃO VOLUNTÁRIA, uma experiência de ação voluntária envolvendo universitários, servidores aposentados, trabalhadores, profissionais das mais diversas categorias, religiosos, donas de casa, pessoas da comunidade e empresas. Os alfabetizadores envolvidos nessa ação não são remunerados.

Todos os esforços desenvolvidos ao longo dos anos de 2003, 2004, 2005 (em processo de finalização) e 2006 (em processo de cadastramento) são traduzidos numericamente pelos seguintes resultados alcançados:

ANO	MUNICÍPIOS	ALUNOS ATENDIDOS	ALUNOS ALFABETIZADOS	ALFABETIZADORES CAPACITADOS	RECURSOS APLICADOS		
					FNDE	ESTADO(BIRD)	TOTAL
2003	143	98.049	80.971	4.590	5.511.342,00	4.532.891,00	10.044.233,00
2004	144	160.818	117.135	6.872	10.956.520,20	17.050.453,80	28.006.974,00
2005/maio	32	15.510	13.185	849	1.387.542,00	963.060	2.350.602,00
2005/out	165	205.707	Em processo	10.368	22.570.168,00	12.263.820,00	34.833.988,00
2006	88	93.576	Em processo	Em processo	12.571.331,60	16.153.861,00	28.725.192,00
TOTAL	-	573.659					

Além dos 553.829 alunos constantes no quadro acima, 252.947 alunos foram alfabetizados por outras Instituições Conveniadas diretamente com o Projeto Brasil Alfabetizado (informamos que o total do exercício de 2006 consta-se apenas os alfabetizando atendidos pela SEDUC, sem contar com o número das prefeituras não conveniadas e ONG's), somando um total de 806.776 pessoas atendidas no Ceará.

Mesmo considerando os avanços apresentados, muitos esforços ainda serão feitos para o cumprimento da meta do Governo que é de abolir definitivamente o analfabetismo no Ceará. Paralelamente a esse esforço, um outro grande desafio é garantir a continuidade do processo de alfabetização das pessoas que participaram do Projeto Alfabetização é Cidadania.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estado do Ceará, segundo os dados da PNAD, a taxa de analfabetismo aumentou entre 2004 e 2005, mantendo-se no mesmo patamar em que se encontrava em 2003. Esse resultado vai de encontro aos esforços realizados pelo Governo do Estado. Então, coloca-se a seguinte questão: porque os programas de combate ao analfabetismo não estão gerando os resultados esperados?

Algumas possíveis explicações para esse fenômeno já foram levantadas ao longo do texto. No entanto, faz-se necessário um estudo minucioso que considere as características dos indivíduos que freqüentam tais programas. Sabe-se que variáveis de perfil, como sexo, idade, raça, classe social, região de moradia e *background* familiar são relevantes para determinar as escolhas individuais em relação ao nível educacional.

Os dados mostram que o analfabetismo atinge as diferentes faixas etárias de modo distinto. Enquanto os maiores índices estão localizados nas faixas etárias mais elevadas, observa-se também a existência de analfabetos nas faixas etárias que correspondem aos níveis de educação fundamental e média. Isso indica a fragilidade do sistema educacional brasileiro que ainda carece de qualidade.

Além disso, independentemente da faixa etária, os alunos recém-alfabetizados devem ser imediatamente encaminhados ao processo regular de escolarização para evitar uma das características mais comuns em programas de alfabetização em massa: o retorno à condição de analfabeto em curto prazo de tempo.

Esses dados nos fazem pensar que as estratégias de combate ao analfabetismo no Brasil devam contemplar, no mínimo, duas direções: uma, de combate ao analfabetismo de jovens e adultos, encaminhando-os para continuarem seus estudos; outra, de urgente melhoria da qualidade de ensino básico de forma a garantir que todas as crianças sejam efetivamente alfabetizadas. Com isso, estaremos estancando a "produção" de analfabetos.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOLANDA, M.C. et al. **As metas do milênio e os avanços socioeconômicos do Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2006.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD)** – 1992, 2002, 2003, 2004 e 2005.

INEP. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Brasília: INEP. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo/> Acesso em: 06 out. 2006.

IPEA. **Brasil: o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

IPECE. **Síntese dos indicadores sociais do Ceará – 2004**. Fortaleza: IPECE, 2006.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Analfabetismo funcional" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - **EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=132>, visitado em 18/12/2006.

PAINI, L.D. et al. Retrato do analfabetismo: algumas considerações sobre a educação no Brasil. **Acta Sci. Human Soc. Sci.**, Maringá, v.27, n.2, p.223-230, 2005.

PINTO, J.M.R. et al. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v.81, n.199, p.511-524, set./dez. 2000.

PREAL. Quantidade sem Qualidade. **PREAL**, Washington, DC, 2006. <http://www.preal.org>.

RIBEIRO, V.M. Questões em torno da construção de indicadores de analfabetismo e letramento. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.27, n.2, p.283-300, jul./dez. 2001.